



Ato de Dispensa de Licitação nº. 004/2022

Senhora Diretora-Geral,

Diante da documentação constante do processo, em especial dos Despachos DCMI (2277238), Memorando DIOR (2289832) e do Parecer AJAD (2377851), e da comprovação de existência de disponibilidade orçamentária à conta das dotações orçamentárias n.ºs 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39.20 - Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 - Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-37 - Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 - Fonte 10.1 e 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 - Fonte 10.1, e dos demais documentos instrutórios que compõem este expediente, entendo que estão presentes os requisitos para contratação do objeto em tela por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Respeitosamente,

Roberto Apolinário de Castro Júnior
Superintendente de Gestão Administrativa

Senhor Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo,

Frente ao exposto e, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, submeto à ratificação superior por V. Exa. do procedimento de dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93, com vistas à locação da sala 402, do Ed. Premium Tower, situado na Rua São Paulo, nº 335, Centro, em Divinópolis/MG, a ser celebrado com a C&C Empreendimentos Eireli, representada por Carlos Antônio de Souza, pelo período de 60 (sessenta) meses, no valor total de **R\$184.875,00 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais)**.

Respeitosamente,

Clarissa Duarte Belloni
Diretora-Geral

Considerando as informações das unidades técnicas de que foram preenchidos os requisitos legais pertinentes, **ratifico** a contratação em tela.

À Superintendência de Gestão Administrativa, para publicação.

Márcio Gomes de Souza
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO APOLINARIO DE CASTRO JUNIOR, SUPERINTENDENTE**, em 03/02/2022, às 17:21, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 03/02/2022, às 18:10, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA DUARTE BELLONI, DIRETOR-GERAL**, em 03/02/2022, às 19:07, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **2382940** e o código CRC **2D183EE6**.